



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**Março/2012**



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria-TCU nº 123/2011 e a Norma de Execução CGU nº 03/2010, aprovada pela Portaria CGU nº 2.546, de 27.12.2010.

**Brasília, Março/2012**



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

## LISTAS DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACS – Alcântara Cyclone Space  
AEB – Agência Espacial Brasileira  
AGU – Advocacia Geral da União  
ANA – Agência Nacional de Águas  
BB – Banco do Brasil  
CBERS – Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres  
CEA – Centro Espacial de Alcântara  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia  
CGU – Controladoria-Geral da União  
CJU – Consultoria Jurídica da União  
CLA – Centro de Lançamento de Alcântara  
CLBI – Centro de Lançamento da Barreira do Inferno  
CTE – Centro de Tecnologias Especiais  
DBR – Declaração de Bens e Renda  
DCTA – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial  
DM – Modelo de Desenvolvimento  
DPEI – Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos  
DPOA – Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração  
DSAD – Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento  
DTEL – Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento  
IAE – Instituto de Aeronáutica e Espaço  
IFI – Instituto de Fomento e Coordenação Industrial  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IPOPP – International Polar Orbiter Processing Package  
LIT – Laboratório de Integração e Testes  
MC – Ministério das Comunicações  
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
MD – Ministério da Defesa  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo  
PMM – Plataforma Multimissão  
PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais  
PNDAE – Política Nacional do Desenvolvimento das Atividades Espaciais  
SAR – Synthetic Aperture Radar  
SCD – Satélite de Coleta de Dados  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira  
SICONV – Sistema de Convênios  
SINDAE – Sistema Nacional do Desenvolvimento das Atividades Espaciais  
SINFRA – Secretaria de Infraestrutura do Estado do Maranhão  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
VLS – Veículo Lançador de Satélites



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

**LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS**

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	12
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da execução por programa de Governo	23
Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ	24
Quadro A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias	24
Quadro A.2.4 - Programação de despesas correntes	25
Quadro A.2.5 - Programação de despesas capital	25
Quadro A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e da reserva de contingência	26
Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa	27
Quadro A.2.8 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ	28
Quadro A.2.9 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ	29
Quadro A.2.10 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ	29
Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	32
Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ – situação apurada em 31/12	33
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	34
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12	34
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12	35
Quadro A.5.6 - Composição do quadro de servidores inativos - situação apurada em 31 de dezembro	35
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de pensão - situação apurada em 31/12	36
Quadro A.5.8 - Composição do quadro de estagiários	36
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	37
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	38
Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	41
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	41
Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	42
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	42
Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e	43

contratos de repasse	
Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV	44
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	45
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ	46
Quadro A.10.1 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis	47
Quadro A.12.1 – Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada	49
Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador	50
Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)	50
Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	51
Quadro B.1.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	51



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

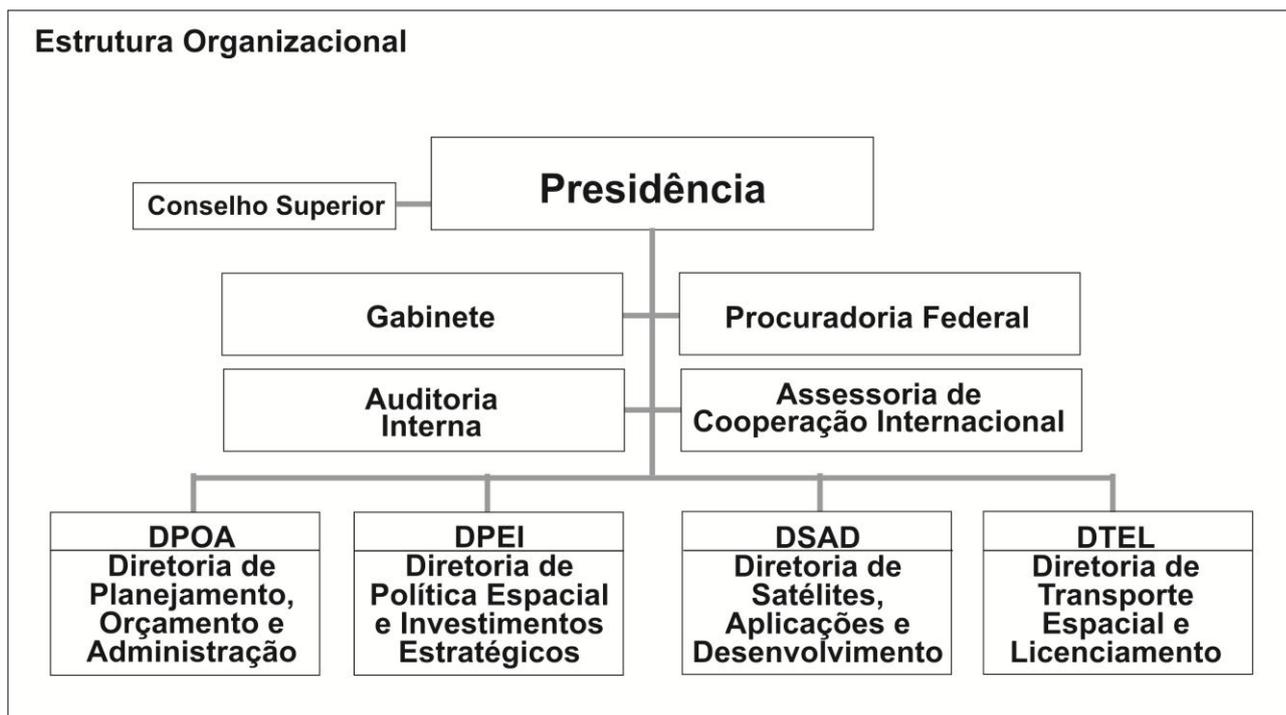
## SUMÁRIO

Organograma Funcional	7
Introdução	10
<b><u>A – CONTEÚDO GERAL</u></b>	
1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada	12
2 – Informações gerais sobre a gestão	13
3 – Informações sobre Restos a Pagar	32
4 – Informações sobre Recursos Humanos da Unidade	33
5 – Informações sobre Convênios	41
6 – Declaração das áreas responsáveis sobre os sistemas SIASG e SICONV	44
7 – Informações sobre a Lei nº 8.370/93	45
8 – Informações sobre Controle Interno da Unidade	46
9 – Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental	47
10 – Informações de Tecnologia da Informação da Unidade	49
11 – Informações sobre o Cartão de Pagamento do Governo Federal	50
<b><u>B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO</u></b>	
Declarações do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada	51



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

**ORGANOGRAMA FUNCIONAL**



A estrutura organizacional da AEB foi aprovada pelo Decreto nº 4.718, de 04 de junho de 2003:

**PRESIDÊNCIA**

À Presidência compete coordenar, supervisionar e administrar as ações e o patrimônio da AEB.

**CONSELHO SUPERIOR**

- Apreciar propostas de atualização da PNDAE, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia;
- Deliberar sobre as diretrizes para execução da PNDAE aprovada pelo Presidente da República;
- Atuar na elaboração do PNAE, bem como de suas atualizações, e apreciar anualmente seu relatório de execução;
- Atuar na elaboração da proposta orçamentária anual da AEB;
- Apreciar as propostas de atos de organização e funcionamento do SNAE;
- Apreciar acordos, contratos, convênios e outros instrumentos internacionais, no campo das atividades espaciais;
- Propor subsídios para a definição de posições brasileiras em negociações bilaterais e em foros internacionais, referentes a assuntos de interesse da área espacial;

Aprovar diretrizes para o estabelecimento de normas e expedição de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;  
Opinar sobre projetos de leis, propostas de decretos e de outros instrumentos legais, relativos às atividades espaciais; e  
Deliberar sobre outras matérias.

### **GABINETE**

Assistir ao Presidente da AEB em sua representação social e política;  
Incumbir-se do preparo e despacho do seu expediente pessoal, bem assim das atividades de comunicação social;  
Providenciar a publicação e a divulgação das matérias de interesse da AEB; e  
Acompanhar a tramitação de projetos de interesse específico da AEB no Congresso Nacional.

### **PROCURADORIA FEDERAL**

Representar judicial e extrajudicialmente a AEB;  
Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da AEB, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e  
A apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da AEB, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

### **ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

Compete, em articulação com a Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia, propor, coordenar e promover ações de cooperação internacional e, quando pertinente, avaliar e supervisionar instrumentos internacionais de cooperação e de aquisição de bens e serviços e participar das negociações bilaterais e multinacionais de interesse da área espacial.

### **AUDITORIA INTERNA**

Compete examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeiro, patrimonial, de pessoal, e demais sistemas administrativos e operacionais, e verificar o fiel cumprimento de diretrizes e normas vigentes e, especificamente:  
Verificar a regularidade nos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa, bem como da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pela AEB;  
Examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto à sua observância; e  
Promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente.

### **DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – DPOA**

Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISF, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal;

Coordenar o processo de planejamento estratégico e de desdobramento da missão em diretrizes, objetivos, metas e planos, em conformidade com o Plano Plurianual; e Acompanhar física e financeiramente os planos e programas, bem como avaliá-los quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos, a política de gastos e coordenação das ações.

#### **DIRETORIA DE POLÍTICA ESPACIAL E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS – DPEI**

Atuar na elaboração de propostas de atualização da PNDAE e na elaboração e atualização do PNAE;  
Implementar, coordenar e supervisionar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação dos projetos e das atividades do PNAE;  
Identificar e analisar oportunidades estratégicas de investimento no setor espacial e articular a captação de recursos para seu financiamento; e  
Realizar estudos e análises pertinentes à área espacial.

#### **DIRETORIA DE SATÉLITES, APLICAÇÕES E DESENVOLVIMENTO – DSAD**

Implementar, coordenar e supervisionar os projetos e atividades relativos à satélites espaciais, cargas úteis e suas aplicações, estimulando a participação do setor produtivo na implementação dessas ações;  
Promover a transferência de tecnologia para o setor produtivo e a difusão dos produtos decorrentes dos projetos e atividades de sua competência;  
Promover a integração de instituições de ensino e pesquisa nas ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica de interesse da área espacial; e  
Promover a capacitação de recursos humanos para atuação em atividades espaciais.

#### **DIRETORIA DE TRANSPORTE ESPACIAL E LICENCIAMENTO – DTEL**

Implementar, coordenar e supervisionar os projetos e atividades relativos a foguetes, veículos lançadores e centros de lançamento, estimulando a participação do setor produtivo na implementação dessas ações;  
Promover a transferência de tecnologia para o setor produtivo e a difusão dos produtos decorrentes dos projetos e atividades de sua competência;  
Promover iniciativas de comercialização de bens e serviços espaciais;  
Atuar na elaboração e aplicação de normas pertinentes às atividades espaciais; e  
Coordenar a concessão de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais, bem como a fiscalização dessas concessões e autorizações.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

## INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Agência Espacial Brasileira – AEB encontra-se estruturado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das respectivas Decisões Normativas TCU nºs 108 e 117 dos exercícios de 2010 e 2011 e da Portaria TCU nº 123/2011.

Os itens, 3 – Informações sobre reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos: a AEB nunca reconheceu nenhum passivo por insuficiência de créditos ou recursos. Não há registro nas contas contábeis do órgão para essa despesa no exercício de 2011; 11 – Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ: a AEB não dispõe de nenhum patrimônio imobiliário classificado como de uso especial. Não dispõe de sede própria e, também, de nenhum registro de imóvel junto ao SPIUnet; 14 – Informações sobre Renúncia Tributária: a AEB nunca ofertou a nenhuma empresa ou contribuinte renúncia tributária na forma da LRF ou da LDO. A lei de criação da AEB também não prevê essa modalidade de incentivo para as atividades espaciais; e 17 – Outras informações consideradas relevantes pela Unidade, não se aplica a esta Autarquia.

Quanto aos demais itens, 15 - Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento; e 16 - Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento, informamos que não houve em 2011 deliberações do TCU dirigidas a esta UJ; não houve deliberações do TCU pendentes de cumprimento no âmbito da AEB; e, também, não houve recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU) pendentes de atendimento no âmbito da AEB.

O período de gestão de 2011 foi marcado, principalmente, pelo esforço de rever e atualizar o Programa Espacial Brasileiro tendo em vista o objetivo estratégico estabelecido pela Política Espacial, de se desenvolver e utilizar as tecnologias espaciais em benefício da sociedade brasileira e na solução de problemas nacionais. Essa revisão resultou em uma discussão com todos os segmentos e atores envolvidos, para tornar o programa mais dinâmico e efetivo.

Nesse processo, além de atualizar os projetos atuais e estabelecer outros novos, tanto para satélites quanto para veículos lançadores, fixou-se, também, o entendimento quanto à importância da maior promoção pelo governo de grandes projetos de natureza estruturante e mobilizadora, utilizando o mecanismo de compras governamentais.

Como primeiro resultado, pode ser destacada a decisão, tomada em 2011 pelo Governo, de adquirir um satélite próprio de comunicações. Com lançamento previsto para 2014, o satélite tem o objetivo de atender a demanda por comunicações estratégicas do governo (civis e militares) e apoiar o Programa Nacional de Banda Larga.

Este projeto, que envolve a AEB e o MCTI, o Ministério da Defesa – MD e Ministério das Comunicações – MC, resultará na criação de uma empresa (Embraer-Telebrás) que atuará como empresa contratante principal, auxiliando na organização e no fortalecimento da cadeia de fornecedores da indústria nacional, constituída na sua maioria por micro, pequenas e médias empresas.

A maior participação da indústria e a importância da constituição de empresas integradoras para auxiliar no adensamento de valor na cadeia produtiva foram outros importantes entendimentos estabelecidos na revisão do Programa e deverão ser tratados como temas prioritários.

Quanto aos projetos voltados à ampliação da capacidade de observação do território nacional - com vistas à proteção ambiental, monitoramento agrícola e vigilância das fronteiras e do território marítimo - destacam-se a fase final de testes do satélite CBERS-3, que será lançado em fins de 2012, bem como o desenvolvimento dos satélites CBERS-4 e Amazônia-1, com lançamentos previstos para 2014. Nesse contexto, destaca-se também o reconhecimento da capacidade brasileira no desenvolvimento de produtos e serviços a partir de dados espaciais, que coloca o Brasil como um dos líderes mundiais em monitoramento ambiental e que, com o apoio da Organização das Nações Unidas – ONU, vem transferindo seus conhecimentos para países da África e da América Latina.

Pelo lado dos esforços de conquista dos meios autônomos de acesso ao espaço, destacam-se as incorporações das modificações no VLS realizadas em parceria com especialistas russos, bem como os bem sucedidos ensaios, realizados em 2011, de separação entre o 1º e 2º estágios do veículo lançador e do tiro em banco do Motor S43 com tubeira móvel. Esses avanços, juntamente com a conclusão e entrega da Torre Móvel de Integração no CLA em meados de 2012, possibilitarão a realização de dois voos de teste tecnológico do VLS (sem carga útil) entre 2012 e 2013 e o voo do veículo lançador completo, com uma carga útil, programado para 2014.

Registramos também os investimentos de atualização e modernização da infraestrutura geral do CLA ocorridos em 2011, destacando-se a conclusão da modernização da sala de controle operacional, da rede de tramitação de dados e do sistema integrado de segurança, entre outros, que permitirão apoiar não só os lançamentos dos veículos nacionais, integrantes do programa espacial brasileiro, como também do foguete Cyclone-4, parte do Tratado entre o Brasil e a Ucrânia para explorar os serviços comerciais de lançamento de satélites a partir do CLA.

Nesse aspecto, espera-se concluir, até 2013, a implantação da infraestrutura básica e necessária para operação do CLA e do Sítio de lançamento Cyclone-4, de forma que o primeiro voo de qualificação do Cyclone-4 possa ocorrer ainda no final daquele ano e, conseqüentemente, iniciar a exploração comercial dos seus serviços de lançamento em 2014.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

**RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

**EXERCÍCIO DE 2011**

**PARTE A – CONTEÚDO GERAL**

**1 – Identificação da Unidade**

<b>Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual</b>			
<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			<b>Código SIORG:</b> 99999
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Agência Espacial Brasileira - AEB			
<b>Denominação abreviada:</b> AEB			
<b>Código SIORG:</b> 4243	<b>Código LOA:</b> 24205	<b>Código SIAFI:</b> 203001	
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia Federal			
<b>Principal Atividade:</b> Ciência e Tecnologia			<b>Código CNAE:</b> 7210-0
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 3411-5500		
<b>E-mail:</b> presidencia@aeb.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.aeb.gov.br">http://www.aeb.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> SPO - Área 5 - Quadra 3 - Bloco "A" - 2º andar - CEP: 70.610-200			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 8.854, de 10.02.1994 - Natureza Civil - finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Decretos nºs 4.566 e 4.718, de 01.01.2003 e 04.06.2003, respectivamente			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
999999			
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
99999			
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
999999		99999	

**2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades, contemplando:**

**a) Responsabilidades institucionais da unidade:**

A Agência Espacial Brasileira – AEB, autarquia federal de natureza civil, foi criada em 10 de Fevereiro de 1994 e está atualmente vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. As suas competências estão definidas na Lei nº 8.854/94, tendo como finalidade a promoção e o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional.

Mais especificamente, a lei define, em seu Art. 3º as seguintes competências:

- a. Executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), bem como propor as diretrizes e a implementação das ações dela decorrentes;
- b. Propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais e as diretrizes para a sua consecução;
- c. Elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE) e as respectivas propostas orçamentárias;
- d. Promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;
- e. Analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia, objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais, e acompanhar a sua execução;
- f. Emitir pareceres relativos a questões ligadas às atividades espaciais que sejam objeto de análise e discussão nos foros internacionais e neles fazer-se representar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia;
- g. Incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial;
- h. Estimular a participação da iniciativa privada nas atividades espaciais;
- i. Estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial;
- j. Estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico;
- k. Articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, visando à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos;
- l. Identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, visando a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens;
- m. Estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;
- n. Aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais.

As ações do programa são orientadas pelas diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), aprovada pelo Decreto nº 1.332/94, que busca alcançar os seguintes objetivos estratégicos:

- Estabelecimento no País de competência técnico-científica na área espacial que lhe possibilite atuar com real autonomia
- Promoção do desenvolvimento de sistemas espaciais, bem como de meios, técnicas e infraestrutura de solo correspondentes, que venham propiciar ao Brasil a disponibilidade de serviços e informações de sua necessidade ou interesse
- Adequação do setor produtivo brasileiro para participar e adquirir competitividade em mercados de bens e serviços espaciais

## **b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais**

A estratégia de implementação das ações do programa tem por base os seguintes princípios:

- Foco no atendimento às necessidades dos usuários de bens e serviços espaciais.
- Autonomia na área de pequenos satélites e respectivos veículos lançadores
- Adoção de padrões de segurança e qualidade compatíveis com as normas internacionais.
- Busca da sustentabilidade do modelo de financiamento das atividades espaciais mediante a comercialização de bens e serviços espaciais.
- Integração da indústria e da academia ao conjunto das instituições envolvidas com a implementação do PNAE.
- Fortalecimento das instituições direta ou indiretamente envolvidas com a implementação do PNAE, com ênfase em:
  - a) formação, capacitação e alocação de recursos humanos de modo a favorecer a inovação tecnológica e o aperfeiçoamento da gestão;
  - b) utilização de métodos, técnicas e ferramentas de gestão do conhecimento gerado no âmbito destas instituições; e
  - c) utilização de métodos, técnicas e ferramentas de planejamento estratégico e tecnológico para a área espacial.

Por envolver o desenvolvimento e domínio de tecnologias críticas e de alta complexidade, as ações do programa espacial são, normalmente, de longo prazo de maturação. Para 2011, o plano de ação seguiu o estabelecido no Plano Plurianual (PPA) para o período 2008 a 2011, qual seja:

- a. Continuação do desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS) e seus sucessores, com incremento da participação industrial, e da infraestrutura de lançamento, incluindo o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI).
- b. Conclusão do projeto da Plataforma Multimissão.
- c. Continuação do projeto dos satélites CBERS e dos meios de processamento e distribuição de imagens.
- d. Agregação em todas as missões, sempre que possível, de carga útil para manutenção e atualização do Sistema de Coleta de Dados Brasileiro, eliminando a necessidade de satélites específicos
- e. Promoção da comercialização dos meios de acesso ao espaço, pela implantação da empresa Alcântara Cyclone Space (ACS) e da infraestrutura geral do Centro Espacial de Alcântara (CEA), que inclui sítios de lançamento comerciais.
- f. Investimentos em pesquisa e desenvolvimento voltados para o domínio de tecnologias críticas, com participação dos setores acadêmico e industrial.

- g. Condução de projetos mobilizadores que atendam às demandas nacionais em Observação da Terra, Missões Científicas e Tecnológicas, Telecomunicações e Meteorologia, incluindo o desenvolvimento de satélites geoestacionários, de satélites de observação por radar de abertura sintética (SAR) e missões científicas com satélites, balões e foguetes de sondagem.
- h. Manutenção e industrialização do bem-sucedido programa de foguetes de sondagem.
- i. Incremento da participação da indústria nacional no desenvolvimento das atividades e projetos contemplados pelo Programa, promovendo, inclusive, a transferência de tecnologias geradas no INPE e no DCTA.
- j. Utilização de instrumentos de cooperação internacional que envolvam a transferência de tecnologia e coincidam com os interesses nacionais.

As ações sob responsabilidade da AEB continuam sendo executadas diretamente ou mediante convênio e descentralização de créditos com as instituições governamentais dedicadas às atividades espaciais e com universidades brasileiras. Como principais órgãos setoriais do SINDAE, as ações sob responsabilidade do INPE e do DCTA têm execução direta, por meio da descentralização de créditos. A participação da indústria nacional ocorre por meio de contratos nos projetos levados a cabo por esses dois órgãos setoriais de execução ou pela própria AEB.

As ações sob responsabilidade da AEB continuam sendo executadas diretamente ou mediante convênio e descentralização de créditos com as instituições governamentais dedicadas às atividades espaciais e com universidades brasileiras. Como principais órgãos setoriais do SINDAE, as ações sob responsabilidade do INPE e do DCTA têm execução direta, por meio da descentralização de créditos. A participação da indústria nacional ocorre por meio de contratos nos projetos levados a cabo por esses dois órgãos setoriais de execução ou pela própria AEB.

Os principais problemas estruturais ou situacionais que o programa enfrenta são de diversas naturezas, destacando-se, inicialmente, as barreiras tecnológicas impostas ao País com restrições internacionais para a importação de componentes e equipamentos com qualificação espacial. Estas restrições levam, na maioria das vezes, à necessidade de se reprojeter inúmeros equipamentos, acarretando atrasos e necessidade de aditivos nos contratos em vigor.

Por fim, a fragilidade da governança do SINDAE associada ao pouco uso do poder de compras governamentais são também outras importantes dificuldades que necessitam ser trabalhadas.

### **c) Programas de governo sob a responsabilidade da unidade:**

O Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE é o único programa sob responsabilidade da AEB.

Cabe ser destacado, como importante resultado de ação não orçamentária, o trabalho de articulação realizado em 2011 que levou a considerar-se a participação da indústria nacional no projeto do desenvolvimento de um satélite geoestacionário, coordenado pela Telebras, para atender a demanda por comunicações estratégicas de governo (civis e militares) e apoiar o programa nacional de banda larga. Esta decisão não só atenderá uma necessidade governamental como também contribuirá, no médio e longo prazos, para o desenvolvimento e consolidação da base industrial nacional no setor espacial e promoverá o adensamento da cadeia produtiva, que atualmente ainda é incompleta.

No que diz respeito aos principais resultados de 2011 das ações orçamentárias, podem ser destacadas as seguintes realizações:

## **1 – Implantação do Complexo Espacial de Alcântara – CEA**

Priorizaram-se investimentos para execução de obras e instalações de sistemas tecnológicos complementares da infraestrutura geral do CLA para apoio ao lançamento do veículo ucraniano Cyclone-4, além de dar continuidade aos projetos do PNAE, destacando-se:

### **a) Sistemas Operacionais**

1. Conclusão da modernização da sala de controle operacional do centro técnico, do controle avançado (casamata) e posições operacionais complementares;
2. Desenvolvimento e aquisição de foguetes instrumentados para treinamento;
3. Implantação de sistema integrado de segurança eletrônica do CLA;
4. Implantação do sistema de controle operacional e disparo;
5. Instalação da rede de tramitação de dados no CLA;
6. Aquisição de equipamentos para a torre anemométrica.

### **b) Infraestrutura Básica e de Apoio**

1. Conclusão da torre anemométrica;
2. Construção de torre para instalação de equipamento de rastreamento ótico;
3. Adequação do sistema de aterramento e proteção contra descargas atmosféricas;
4. Recuperação do pavimento da pista de pouso e decolagem do aeródromo;
5. Revitalização de residências;
6. Construção de usina de tratamento de resíduos sólidos, em Alcântara;
7. Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de solo, dos sistemas operacionais, das edificações e dos meios de transporte;
8. A reconstrução da torre móvel de integração do VLS foi concluída em outubro de 2011 e sua entrega ocorrerá no primeiro semestre de 2012, com a conclusão dos ensaios de recebimento e finalização de etapa contratual.

### **c) Estudos e Projetos**

1. Estudos para obtenção da licença de instalação para as obras complementares da infraestrutura do CLA de apoio ao lançamento do Cyclone-4 e ao PNAE;
2. Estudos para obtenção da licença de operação do CLA;
3. Elaboração de projetos executivos para as obras complementares da infraestrutura do CLA: porto de cargas e via de acesso, infraestrutura do aeródromo, cabine de medição de energia elétrica, portaria principal do CLA, instalação de grupo gerador na vila residencial Tapireí, reforma e revitalização do sistema de monitoramento da subestação da CEMAR e do SPL, estação de tratamento de esgoto na vila residencial Tapireí, estação de tratamento de esgoto do setor de controle e comando, conclusão de 31 casas Tipo B, prédio do almoxarifado de apoio II, supermercado e conveniência, prédio de oficinas, hotel com 300 apartamentos, posto médico, clube esportivo e acessibilidade do CLA.

## **2 – Alcântara Cyclone Space – ACS**

Aportou-se o montante de R\$ 100 milhões a título de integralização da parte brasileira do capital da ACS, para permitir a continuidade das obras de infraestrutura do sítio específico do Cyclone-4, cujo voo de qualificação está previsto para 2013.

### **3 – Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto (CBERS)**

Foram fabricados e qualificados os equipamentos dos subsistemas do modelo de qualificação do satélite CBERS-3, assim como fabricados os modelos de voo dos equipamentos e subsistemas de estrutura, gerador solar e antenas. Foram realizadas, também, a montagem, integração e testes elétricos dos módulos de serviço e de carga útil que foram enviados à China. O subsistema de propulsão foi integrado, os equipamentos de solo foram atualizados e a integração dos equipamentos foi iniciada. O sistema de processamento de imagens será concluído após a realização dos testes elétricos do modelo de voo do CBERS-3, o que deve acontecer no primeiro semestre de 2012. O lançamento do CBERS-3 está programado para o final de 2012. Quanto ao CBERS-4, o modelo de qualificação da estrutura, do gerador solar e os modelos de voo dos equipamentos e subsistemas estrutura e antenas já foram fabricados.

### **4 – Desenvolvimento de satélites baseados na PMM**

Foram iniciados os testes de qualificação dos modelos estrutural, térmico e radioelétrico. Além disso, estão em desenvolvimento os modelos de voo do módulo de serviço da PMM e o módulo de carga útil do satélite Amazônia-1. Na revisão crítica de projeto da PMM, foi identificada a necessidade de uma reavaliação quanto aos aspectos mecânicos e termo-ópticos. O modelo elétrico da PMM foi totalmente desenvolvido e houve treinamento de pessoal no exterior. O lançamento do satélite Amazônia-1 está previsto para novembro de 2014.

O desenvolvimento da carga útil do satélite Lattes, que utilizará a PMM, referente à missão EQUARS, segue normalmente, e o seu lançamento foi reprogramado para 2017 devido à decisão de utilizar um subsistema de controle de atitude totalmente nacional.

### **5 – Controle de satélites, recepção, geração, armazenamento e distribuição de dados**

Os principais marcos relacionados à ação foram:

- Reforma e expansão física, além da ampliação da capacidade do centro de dados de sensoriamento remoto no INPE
- Início do arquivamento e distribuição de dados do sensor MODIS, a bordo dos satélites americanos Terra e Aqua, gerados pelo pacote de software IPOPP (International Polar Orbiter Processing Package)
- Construção de estação Geonetcast mais robusta em Cachoeira Paulista
- Aquisição de estação de recepção de satélites da NOAA
- Recepção de dados de carga útil do satélite científico CoRoT, usando a Estação Terrena em Alcântara
- Suporte à espaçonave Shenzhou-8, chinesa, durante sua fase de lançamento e primeiras órbitas por meio da Estação Terrena de Alcântara
- Suporte ao satélite Meghatropiques, indiano, sua fase de lançamento e primeiras órbitas por meio da Estação Terrena de Cuiabá
- Operação em órbita dos satélites SCD 1 e 2
- Instalação de nova ACI na estação terrena de Alcântara
- Atualização e manutenção do Centro de Rastreamento e Controle e da Estação Terrena de Cuiabá
- Reforma e expansão do centro de dados de sensoriamento remoto, no Inpe de Cachoeira Paulista
- Distribuição de aproximadamente 41.000 imagens pelo centro de dados de sensoriamento remoto

## **6 – Funcionamento e atualização do Laboratório de Integração e Testes (LIT)**

Foi ampliado o escopo de atuação do LIT nas áreas de ensaios e metrologia e as atuais creditações da área de metrologia foram mantidas e renovadas, quando da avaliação do Inmetro. Estão sendo desenvolvidos trabalhos para obtenção da acreditação nas áreas de ensaios em vibração, térmica e testes de componentes por meio da elaboração e constante revisão da documentação requerida.

A manutenção e a modernização da infraestrutura do laboratório estão em andamento. Ocorrem atrasos pontuais na instalação de itens comprados devido à utilização do laboratório para os testes dos satélites brasileiros, como os da série CBERS e PMM, do satélite Amazônia-1. Foi realizada a implantação do sistema de calibração acústica e, em 2012, deverão ser obtidas creditações para realização de calibrações em microfones. O sistema de condicionadores e filtros de ar está recebendo a manutenção adequada e melhorias incrementais, juntamente com o sistema de suprimento de energia.

O laboratório ainda está modernizando a infraestrutura de computadores e servidores de redes e armazenamento de dados, equipamentos de ar comprimido, vácuo, telefonia, detecção e combate a incêndios, iluminação, supervisão de segurança, controle de acesso, portas especiais e elevadores.

## **7 – Desenvolvimento de produtos e processos inovadores para o setor espacial**

Foi qualificado o processo de implantação iônica para aço inox e foram iniciados experimentos com polímeros e materiais compósitos com fibra de carbono tratados por implantação iônica, além de testes para metais leves.

A câmara de vácuo do laboratório do Centro de Tecnologias Especiais – CTE foi devidamente montada e atualmente está em fase de calibração o espectrômetro de massa. Foi construído o freio magnético e será instalado na balança no interior da câmara de vácuo.

Foram também iniciados testes de dureza e medidas de coeficiente de atrito em filmes com nanopartículas em ambiente de alto vácuo. Foram, ainda, obtidos e caracterizados pós com duas composições químicas de cerâmica nanoestruturada e foram iniciadas as medidas da emissividade em pastilhas feitas com os pós-prensados.

O projeto de desenvolvimento do giroscópio foi concluído. Foram adquiridos softwares, equipamentos e serviços auxiliares para o reator de corrosão profunda a plasma. Foi implantado o sistema VLADA, um laboratório virtual para análise de dados avançada.

## **8 – Pesquisa, aplicações e desenvolvimento tecnológico com dados de satélites de observação da Terra**

Assinado contrato para melhoria da funcionalidade de manuseio e atualização dos manuais e tutoriais do software SPRING. Foram, também, desenvolvidos os softwares TerraLib/TerraView e SISMA DEN (que passará a se chamar TerraMA).

Além disto, foi realizado o monitoramento ambiental da cana de açúcar no estado de São Paulo, na safra 2011/12. Foram distribuídas mais de 9.000 cópias de software livre para análise de dados de sensoriamento remoto (SPRING) por meio de download e foi mantido pela Capes o conceito 7 da pós-graduação do Inpe em sensoriamento remoto.

## **9 – Desenvolvimento de satélites tecnológicos de pequeno porte e apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento no setor espacial**

No projeto do satélite ITASAT foram concluídos os documentos necessários para a revisão de configuração preliminar (PDR, da sigla em inglês), que finalizou a fase B do projeto, além da especificação e construção de protótipos de equipamentos. Houve participação da equipe do projeto em reuniões técnicas e eventos de divulgação científica, inclusive com publicações de trabalhos em congressos, simpósios e workshops. Este satélite deve ser lançado no início de 2014.

Foram apoiados, ainda, projetos universitários de picossatélites (com aproximadamente 10 kg) em Santa Maria (INPE/UFSM), com previsão de lançamento em 2012. Em Natal (INPE/UFRN), os projetos de picossatélites encontram-se nas fases iniciais de definição de missão e desenvolvimento de subsistemas.

## **10 – Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites.**

Deu-se continuidade a incorporação das modificações no VLS-1 decorrentes da Revisão Crítica realizada em parceria com a State Rocket Center (SRC/Makeyev), onde foram contratados todos os estudos de engenharia necessários às definições a serem testadas na maquete radioelétrica (MIR) e nos dois protótipos para os voos de teste do VLS-1.

Além disso, prosseguiu a preparação do “Mock-up” de Integração de Redes Elétricas (MIR), do VLS-1 XVT-01 (dois estágios ativos), do VLS-1 XVT-02 (todos os estágios ativos) e do VLS-1 V04 e o início do desenvolvimento de Motores bobinados para o VLS-1.

Em 2011 ficou decidido que o primeiro lançamento de teste do VLS, previsto para 2013, carregará a bordo o sistema SISNAV, de navegação inercial desenvolvido no Brasil. Neste voo, o VLS terá apenas os dois primeiros estágios ativos, bem como as redes pirotécnicas e elétricas. O objetivo do teste é a avaliação de cargas estruturais, térmicas e acústicas durante o voo propulsado do primeiro e segundo estágios, incluindo a avaliação da separação e dos choques mecânicos.

Dois outros importantes requisitos para retomada dos voos do VLS-1 foram realizados: o ensaio de separação entre o 1º e 2º estágios e o ensaio de tiro em banco do Motor S43 com tubeira móvel (2º estágio), que serviu para testar componentes do sistema pirotécnico, novos atuadores e modificações nas proteções térmicas do motor, conforme recomendações do Relatório de Investigação do Acidente do VLS-1 V03.

A previsão é de que a Maquete de Integração Radioelétrica do VLS (MIR) seja testada no primeiro semestre de 2012 no DCTA, em São José dos Campos, e no segundo semestre, utilizando a Torre Móvel de Integração (TMI), no CLA. O primeiro voo tecnológico (VLS-1 XVT01) está programado para o segundo semestre de 2013, o segundo (VLS-1 XVT02) para o início do segundo semestre de 2014 e o lançamento do VLS-1 V04, com carga útil, para o segundo semestre de 2015.

## **11 – Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes de Sondagem**

Com a finalidade de treinar as equipes do IAE e do CLBI, dois foguetes ORION foram lançados (V04 e V05), empregando-se o Lançador Móvel, com rastreamento realizado com o Sistema de Telemidas Móvel. Os dois foguetes e o sistema de telemidas foram fornecidos pela Agência Espacial Alemã (DLR), no âmbito de acordo firmado com o DCTA.

Foram lançados com sucesso dois foguetes de sondagem da série VSB-30 (V14 e V15), com cargas úteis do Programa Microgravidade Europeu (TEXUS 48 e 49), a partir do centro de lançamentos Esrange Space Center (Suécia).

Como parte da Operação Brasil-Alemanha, também foi lançado o foguete VS-30 V08, do CLBI, transportando dois experimentos brasileiros, um do INPE (estudo da ionosfera) e outro da UFRN (receptor GPS).

Para o transporte de experimentos de diversos países (University of Oslo-UiO, Japan Aerospace Exploration Agency/Institute of Space and Astronautical Science-ISAS/JAXA e do Laboratoire de Physique des Plasmas-LPP da França), foi realizado também o lançamento de um VS-30/ORION V08 da Noruega.

Com respeito à contratação do desenvolvimento, fabricação e montagem de Modelos de Desenvolvimento (DM) de Subsistemas da plataforma suborbital PSM, foi recebido pelo IAE o Modelo de Desenvolvimento do módulo de recuperação e iniciada a fabricação dos DMs da coifa e do módulo yo-yo/separação.

O desenvolvimento do sistema Slant-Range integrado (APDTraj), para trajetografia aplicada aos lançamentos suborbitais, já dispõe de uma versão preliminar de sua Interface Gráfica com o Usuário (GUI). Nesta interface são apresentados os dados de trajetografia, previsão do ponto de impacto do veículo e parâmetros para a configuração do sistema. Na sequência, foram realizadas correções em algumas das interfaces gráficas em função de uma revisão nos requisitos do sistema. Teve início, também, a primeira implementação física do hardware do projeto, incluindo alguns dos módulos, tais como de comutador e módulo de comunicação. Foi concluída a revisão da especificação do Sistema APDTraj.

## **12 – Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Associadas a Veículos Espaciais**

Concluiu-se o desenvolvimento de importantes tecnologias para aplicações futuras em desenvolvimento de veículos lançadores:

- Processo de produção de fios da liga NiTi com Efeito Memória de Forma para eletropirotécnicos.
- Caracterização e termodinâmica de materiais para motor foguete a propelente líquido.
- Obtenção de ligas de titânio para proteção térmica.
- Tocha de plasma para processos de materiais cerâmicos de barreira térmica
- Isolante térmico de Carbono/Carbono para temperatura até 1474K.
- Síntese de organossilanos, precursor de siliconas, utilizadas para obtenção de carbetos de silício.

## **13 – Pesquisa em ciência espacial**

No ano de 2011, as principais realizações foram:

- Publicação de mais de cinquenta trabalhos científicos na área de ciências espaciais.
- Mais de 1300 citações de trabalhos científicos produzidos por pesquisadores da área.
- Testes de apontamento, rastreamento, análise e aquisição de dados realizados nas quatro primeiras antenas do "Arranjo Decimétrico Brasileiro" mostraram que o sistema funciona de forma adequada.
- Início da instalação dos equipamentos para as novas estações permanentes de observações espaciais.
- Início da implantação de um laboratório de ondas gravitacionais.

## 14 – Certificação

Os principais resultados obtidos em 2011 são referentes ao desenvolvimento e fortalecimento integrado dos recursos materiais, humanos e processos técnico-gerenciais. Pode-se destacar, dentre outros:

- Publicação da Portaria nº 03 AEB, 07 de janeiro de 2011, reconhecendo o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), subordinado ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA, como Organismo de Certificação Espacial – OCE, autorizando-o a atuar no âmbito do SINDAE.
- Publicação da Portaria nº 5 AEB, de 25 de janeiro de 2011, aprovando o licenciamento para execução de atividades espaciais para empresa ACS em seu sítio de lançamento situado em Alcântara, MA, nas dependências do CLA.
- Participação brasileira no processo de elaboração de normas técnicas relativas à área espacial no ISO/TC20/SC14.

Publicação de 08 (oito) normas, conforme abaixo:

### CE 08:010.20 - INTERFACES, INTEGRAÇÃO E ENSAIOS ESPACIAIS

1) NBR ISO 15863:2011 Sistemas espaciais – documento de controle de interface do veículo espacial para o veículo lançador – Publicada em 11.05.2011.

### CE 08:010.50 - GERENCIAMENTO DE PROGRAMAS ESPACIAIS E QUALIDADE

2) NBR ISO 23461:2011 - Sistemas espaciais — gerenciamento de programa – Sistema de controle de não conformidade. Publicada em 24.01.2011.

3) NBR ISO 16192:2011 -Sistemas espaciais - Experiência adquirida em projetos espaciais “Lições Aprendidas” - Princípios e diretrizes. Publicada em 01.07.2011.

### CE 08:010.60 – MATERIAIS E PROCESSOS DE APLICAÇÃO ESPACIAL

4) NBR ISO 14624-1:2011 - Sistemas espaciais – Segurança e compatibilidade dos materiais – Parte 1: Determinação da inflamabilidade ascendente dos materiais. Publicada em 06.01.2011.

5) NBR ISO 14624-2:2011 - Sistemas espaciais — Segurança e Compatibilidade de Materiais – Parte 2: Determinação da inflamabilidade de materiais isolantes de fio elétrico e acessórios. Publicada em 06.01.2011.

6) NBR ISO 15859-5:2011 - Sistemas espaciais — Características, amostragem e métodos de ensaio de fluídos — Parte 5: Propelente tetróxido de nitrogênio. Publicada em 17.06.2011.

7) NBR ISO 15859-6:2011 - Sistemas espaciais — Características, amostragem e métodos de análise de fluídos — Parte 6: Propelente monometilhidrazina Publicada em 16.06.2011.

8) NBR ISO 15859-7:2011 - Sistemas espaciais — Características, amostragem e métodos de análise de fluídos — Parte 7: Propelente hidrazina. 17.06.2011.

Emissão do Parecer, datado de 01 de fevereiro de 2011, acerca do documento *Cyclone-4 Space Launch System Description Report – Initial Release of December 10, 2010*, editado pela Alcântara Cyclone Space (ACS).

Emissão do Parecer, datado de 01 de fevereiro de 2011, acerca do documento TR - “*Technical Requirements upon the Launch Center general Infrastructure*” - “Cyclone-4 39.6751.101 TR”, elaborado em resposta à solicitação da Alcântara Cyclone Space (ACS).

Conclusão e preparo de textos diversos para projetos de norma, conforme a diretiva 2 ABNT, objetivando a emissão de normas brasileiras espaciais.

Conclusão da tradução de documentos normativos diversos para estudo nas comissões do ABNT/CB-08, Subcomitê de Atividade Espacial.

Emissão do Parecer Técnico nº 2/6361/2011, de 20 de junho de 2011, acerca do documento Cyclone-4.39.5941.002 II – “*Security Plan for Technology and Technical data Protection during Cyclone-4 Program Operations and LV and SC Preparation at Alcântara Launch Center*”

Conclusão da tradução de documentos normativos diversos para estudo nas comissões do ABNT/CB-08, Subcomitê de Atividade Espacial, incluindo, entre outros, as normas - ISO15862-2009.

Processamento de dados de telemetria ambiental de voo entre o veículo lançador e a espaçonave; e ISO24917-2010, Requisitos gerais de teste para veículos de lançamento.

Participação do IFI, compondo a comitiva do DCTA, no programa de visita técnica do Presidente da AEB às empresas da Ucrânia, período de 2 a 9 de julho de 2011, focando principalmente os assuntos de interesse da certificação do sistema de lançamento Cyclone-4.

Participação de 2 (dois) representantes do IFI em grupos de estudos internacionais, no *Registration Management Committee Meeting*, um subcomitê permanente da IAQG – *International Aerospace Quality Group*, no período de 17 a 24 de julho de 2011, com o propósito de manter-se atualizado quanto à tendência de evolução dos sistemas da qualidade e segurança, segundo a norma AS 9100.

Emissão do Parecer Técnico nº 3/7472/2011, de 28 de julho de 2011, acerca do Relatório “Cyclone-4.21.16522.635 OT - Análise de Segurança do Posto de Comando”, elaborado em resposta à solicitação da AEB.

Emissão do Parecer Técnico nº 7/9643/2011, de 21 de setembro de 2011, acerca do pacote contendo sete relatórios produzidos pela empresa contratada da Alcântara Cyclone Space (ACS), *Det Norske Veritas* (DNV), referente à análise de risco das fases de implantação e operação do complexo terrestre Cyclone-4, elaborado em resposta à solicitação da AEB.

Aquisição de instrumentação para os laboratórios de ensaios de EMI/EMC do LIT.

Aquisição de instrumentação para o laboratório de controle de contaminação e testes de materiais do LIT.

Calibração de instrumentação para o laboratório de ensaios de EMI/EMC do LIT.

## **15- Capacitação de especialista do setor espacial**

A AEB apoiou a capacitação de dez especialistas da área espacial da Universidade de Brasília-UnB para treinamento na universidade ucraniana de Dnipropetrovsk e visitas técnicas de acompanhamento do projeto do foguete Cyclone-4 na empresa *Yuzhnoye*, responsável pelo seu desenvolvimento e fabricação. Esta capacitação contribuirá para ampliar o capital humano necessário para atuar em instituições e empresas brasileiras do setor espacial.

**Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo**

<b>Código no PPA</b>	0464					
<b>Denominação</b>	Nacional de Atividades Espaciais					
<b>Tipo do Programa</b>	Finalístico					
<b>Objetivo Geral</b>	Incentivar a pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas					
<b>Objetivos Específicos</b>	Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais em benefício da sociedade brasileira e na solução de problemas nacionais					
<b>Gerente</b>	Marco Antônio Raupp					
<b>Público Alvo</b>	Governo, comunidade científica e setor produtivo nacional.					
<b>Informações orçamentárias e financeiras do Programa</b>					<b>Em R\$ 1,00</b>	
<b>Dotação</b>		<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Restos a Pagar não processados</b>	<b>Valores Pagos</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>					
332.522.398,00	367.610.697,00	348.619.761,90	348.619.761,90	134.379.000,00	161.749.747,91	
<b>Informações sobre os resultados alcançados</b>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE – IPSEN (%)	31/12/2006	37,25	39,50	39,00	32,00
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Relação percentual entre os valores pagos nos contratos de fornecimento, por empresas brasileiras, de produtos ou serviços para programa espacial e o montante do dispêndio total com as ações finalísticas do PNAE, em cada exercício fiscal.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
O índice apurado no período (32%) apresentou um significativo crescimento em relação a 2010 (27,6%), muito embora não tenha atingido o índice previsto (39%). O índice ainda não atingiu maiores patamares, devido ao momento do programa espacial, no qual ainda requer altos investimentos na infraestrutura espacial para recuperar o atraso decorrente dos baixos e descontínuos investimentos verificados no passado.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Grau de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial – GDTEC (%)	31/12/2006	11,09	78,00	58,00	27,10
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Média ponderada dos graus de desenvolvimento dos equipamentos ou processos definidos como estratégicos, utilizando-se como peso os correspondentes graus de interesse ou relevância. Os valores dos graus de desenvolvimento adotados são, para Institutos de Pesquisa: não iniciado (0); em desenvolvimento (0,15); qualificado/testado (0,8); industrializado (1); para empresas nacionais: não iniciado (0); em desenvolvimento (0,25); qualificado/testado (0,95); industrializado (1). Os equipamentos e processos estratégicos e respectivos graus de interesse ou relevância são: computador avançado para sistema de supervisão de bordo (5); sensor de estrelas (5); recepção GPS com antena ativa (5); banco de testes para motores a propelente líquido (5); fabricação de propulsores sólidos acima de 2000 mm (5); motor foguete a propelente líquido 220 kN a 300 kN (5); motor foguete a propelente líquido 55 kN a 75 kN (5); motor foguete a propelente líquido 15 kN a 20 kN (5); motor foguete a propelente líquido 3 kN a 5 kN (5); giroscópio a fibra óptica (5); laboratório para ensaios ambientais - VLS (5); subsistema de controle de atitude da plataforma multimissão (5).						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
O índice apurado, apesar de bastante aquém do previsto, mostra um significativo crescimento em relação aos últimos 3 anos, período no qual manteve-se estagnado (20%). Para o maior avanço do índice, é necessária a elevação do patamar dos investimentos do programa, pela complexidade dessas tecnologias críticas, que requerem muito esforço de pesquisa e desenvolvimento e capacitação de pessoal.						

Fonte: AEB/DPEI

**Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	122	0464	09HB	A	3	Não requer	-	-	-
19	122	0464	2272	A	3	Não requer	-	-	-
19	128	0464	20CB	A	3	Unidade	50,0	10,0	250,0
19	301	0464	2004	A	3	Unidade	55,0	42,0	40,0
19	301	0464	20CW	A	3	Unidade	30,0	0,0	30,0
19	306	0464	2012	A	3	Unidade	47,0	45,0	49,0
19	331	0464	2011	A	3	Unidade	23,0	22,0	22,0
19	365	0464	2010	A	3	Unidade	7,0	7,0	7,0
19	572	0464	10ZG	P	3	% de execução física	30,0	13,0	6,0
19	572	0464	10ZH	P	3	% de execução física	15,0	0,0	1,0
19	572	0464	10ZI	P	3	% de execução física	5,0	0,0	1,0
19	572	0464	10ZJ	P	3	% de execução física	23,0	16,0	6,0
19	572	0464	10ZK	P	3	% de execução física	39,0	19,0	10,0
19	572	0464	10ZL	P	3	% de execução física	40,0	12,0	28,0
19	572	0464	2253	A	3	Unidade	1,0	1,0	1,0
19	572	0464	2460	A	3	Unidade	3,0	3,0	3,0
19	572	0464	2B91	A	3	Unidade	2,0	0,5	1,0
19	572	0464	4183	A	3	Unidade	75,0	15,0	80
19	572	0464	4195	A	3	Unidade	2800,0	40923,0	50000,0
19	572	0464	4933	A	3	Unidade	15,0	47,0	20,0
19	572	0464	4934	A	3	Unidade	1,0	0,2	1,0
19	572	0464	4958	A	3	Unidade	20,0	4,0	3,0
19	572	0464	4959	A	3	Unidade	3,0	3,0	3,0
19	572	0464	6239	A	3	Unidade	1,0	2,0	1,0
19	572	0464	6240	A	3	Unidade	2,0	5,0	12,0
19	572	0464	6704	A	3	Unidade	6,0	6,0	13,0
19	572	0464	7F40	P	3	% de execução física	10,0	25,00	12,0
19	665	0464	1C68	P	3	% de execução física	6,0	1,0	14,0

Fonte: AEB/DPEI

**Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias**

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Agência Espacial Brasileira – AEB	24205	203001

**d) Desempenho Orçamentário e Financeiro:**

**I. Programação Orçamentária das Despesas**

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes							Em R\$ 1,00	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		4.215.335,00	4.270.190,00	-	-	82.219.382,00	137.458.574,00
	PLOA		4.215.335,00	4.270.190,00	-	-	64.719.382,00	137.458.574,00
	LOA		4.215.335,00	4.270.190,00	-	-	112.419.382,00	137.458.574,00
CRÉDITOS	Suplementares		59.000,00	17.100,00	-	-	7.000,00	4.315.867,00
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	3.981.701,00	3.952.500,00
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>4.274.335,00</b>	<b>4.287.290,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>108.444.681,00</b>	<b>137.821.941,00</b>	

Fonte: SIAFI e SIOP

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital							Em R\$ 1,00	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		208.270.000,00	152.923.000,00	-	-	-	-
	PLOA		205.770.000,00	152.923.000,00	-	-	-	-
	LOA		158.070.000,00	151.523.000,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		10.989.000,00	6.447.500,00	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>147.081.000,00</b>	<b>145.075.500,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

Fonte: SIAFI e SIOP

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência						Em R\$ 1,00		
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	86.434.717,00	141.728.764,00	208.270.000,00	152.923.000,00	-	-	
	PLOA	68.934.717,00	141.728.764,00	205.770.000,00	152.923.000,00	-	-	
	LOA	116.634.717,00	141.728.764,00	158.070.000,00	151.523.000,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	66.000,00	4.332.967,00	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	3.981.701,00	3.952.500,00	10.989.000,00	6.447.500,00	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>112.719.016,00</b>	<b>142.109.231,00</b>	<b>147.081.000,00</b>	<b>145.075.500,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

Fonte: SIAFI e SIOP

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa						Valores em R\$ 1,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	240101	19.122.0750.2000.0001			41.310,06
	Recebidos	120013	19.572.0464.2460.0001			8.167.566,50
		120015	19.572.0464.2460.0001			1.429.945,30
		120016	19.572.0464.2460.0001			2.439.770,36
		120016	19.572.0464.6239.0001			9.763.847,57
		120016	19.572.0464.6240.0001			2.343.297,30
		120016	19.572.0464.6704.0001			2.543.290,01
		240101	19.122.0464.2272.0001			1.711.043,59
		240106	19.122.0464.2272.0001			3.992,14
		240106	19.572.0464.2253.0001			1.660.082,84
		240106	19.572.0464.4183.0001			1.579.878,45
		240106	19.572.0464.4195.0001			8.081.465,63
		240106	19.572.0464.4934.0001			303.378,77
		240106	19.572.0464.4958.0001			1.137.780,90
		240106	19.572.0464.4959.0001			3.021.881,55
		240106	19.572.0464.10ZJ.0001			16.123.263,67
		240106	19.572.0464.10ZK.0001			14.890.087,61
		240106	19.572.0464.10ZL.0001			4.197.886,65
		154040	19.128.0464.20CB.0001			100.000,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	120013	19.572.0464.7F40.0101	9.035.233,81		
		120015	19.572.0464.2460.0001	2.796.421,57		
		120016	19.572.0464.2460.0001	3.858.874,63		
		120016	19.572.0464.6239.0001	6.372.905,54		
		120016	19.572.0464.6240.0001	129.675,00		
		120016	19.572.0464.6704.0001	2.036.393,95		
		120016	19.665.0464.1C68.0035	1.154.460,71		
		240106	19.572.0464.2253.0001	1.039.759,81		
		240106	19.572.0464.4183.0001	594.954,49		
		240106	19.572.0464.4195.0001	2.841.160,33		
		240106	19.572.0464.4958.0001	1.249.824,13		
		240106	19.572.0464.4959.0001	1.799.057,52		
		240106	19.665.0464.1C68.0035	450.591,99		
		240106	19.572.0464.10ZG.0001	8.760.792,16		
		240106	19.572.0464.10ZI.0001	11.617.724,27		
		240106	19.572.0464.10ZK.0001	37.378.000,00		
		240106	19.572.0464.10ZL.0001	7.543.837,79		

Fonte: SIAFI

## II. Execução Orçamentária das Despesas

<b>Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ</b>				Valores em R\$ 1,00
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>23.323.805,46</b>	<b>3.852.939,00</b>	<b>3.439.101,63</b>	<b>3.852.939,00</b>
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência	19.884.703,83	1.204.090,00	-	1.204.090,00
Pregão	3.439.101,63	2.648.849,00	3.439.101,63	2.648.849,00
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
<b>Contratações Diretas</b>	<b>24.512.147,14</b>	<b>23.528.576,00</b>	<b>19.623.717,37</b>	<b>23.528.576,00</b>
Dispensa	24.356.311,05	23.461.708,00	19.467.881,28	23.461.708,00
Inexigibilidade	155.836,09	66.868,00	155.836,09	66.868,00
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>5.845,17</b>	<b>4.316,00</b>	<b>5.845,17</b>	<b>4.316,00</b>
Suprimento de Fundos	5.845,17	4.316,00	5.845,17	4.316,00
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>4.471.005,71</b>	<b>3.937.896,00</b>	<b>4.471.005,71</b>	<b>3.937.896,00</b>
Pagamento em Folha	4.270.563,98	3.631.603,00	4.270.563,98	3.631.603,00
Diárias	200.441,73	306.293,00	200.441,73	306.293,00
<b>Outros - Não aplicável</b>	<b>12.417.085,93</b>		<b>7.946.080,22</b>	
<b>Totais</b>	<b>64.729.889,41</b>	<b>31.323.727,00</b>	<b>35.485.750,10</b>	<b>31.323.727,00</b>

Fonte: SIAFI

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>3.937.141,86</b>	<b>4.047.412,92</b>	<b>3.937.141,86</b>	<b>4.047.412,92</b>	-	-	<b>3.937.141,86</b>	<b>4.047.412,92</b>
3190.01.00	79.571,25	77.078,00	79.571,25	77.078,00			79.571,25	77.078,00
3190.03.00	35.854,06	33.046,00	35.854,06	33.046,00			35.854,06	33.046,00
3190.11.00	3.006.402,37	2.907.923,00	3.006.402,37	2.907.923,00			3.006.402,37	2.907.923,00
3191.13.00	429.472,33	411.811,00	429.472,33	411.811,00			429.472,33	411.811,00
3190.16.00	85.840,08	69.754,00	85.840,08	69.754,00			85.840,08	69.754,00
3190.92.00	4.953,02	276,92	4.953,02	276,92			4.953,02	276,92
3190.96.00	295.048,75	547.524,00	295.048,75	547.524,00			295.048,75	547.524,00
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>21.981.488,27</b>	<b>15.614.210,00</b>	<b>21.981.488,27</b>	<b>12.460.000,00</b>	<b>13.293.687,20</b>	<b>4.886.785,00</b>	<b>8.687.801,07</b>	<b>10.765.114,00</b>
3350.41.00	3.264.370,00	9.999.831,00	3.264.370,00	6.823.832,00	-	3.399.999,00	3.264.370,00	6.599.832,00
3390.08.00	7.975,25	7.362,00	7.975,25	7.362,00	-	-	7.975,25	7.362,00
3390.14.00	178.673,13	283.077,00	178.673,13	283.077,00	-	-	178.673,13	283.077,00
3390.15.00	14.880,80	1.389,00	14.880,80	1.389,00	-	-	14.880,80	1.389,00
3390.30.00	80.781,42	80.598,00	80.781,42	80.598,00	-	3.890,00	80.781,42	76.708,00
3390.33.00	238.601,97	281.280,00	238.601,97	281.280,00	4.241,39	45.884,00	234.360,58	235.396,00
3390.35.00	155.280,00	-	155.280,00	-	-	-	155.280,00	-
3390.36.00	118.174,46	85.595,00	118.174,46	85.595,00	-	-	118.174,46	85.595,00
3390.37.00	1.279.432,39	1.601.483,00	1.279.432,39	1.601.483,00	13.940,88	90.744,00	1.265.491,51	1.510.739,00
3390.39.00	16.083.177,56	2.817.415,00	16.083.177,56	2.817.415,00	13.269.550,46	1.288.333,00	2.813.627,10	1.529.082,00
3390.46.00	176.596,41	174.495,00	176.596,41	174.495,00	-	-	176.596,41	174.495,00
3390.49.00	21.370,80	21.789	21.370,80	21.789,00	-	-	21.370,80	21.789,00
3390.92.00	2.961,47	15.900	2.961,47	15.900	-	-	2.961,47	15.900,00
3390.93.00	345.581,52	249.589,00	345.581,52	249.589,00	-	51.532,00	345.581,52	198.057,00
3391.00.00	13.631,09	32.096,00	13.631,09	32.096,00	5.954,47	6.403,00	7.676,62	25.693,00
<b>Totais</b>	<b>25.918.630,13</b>	<b>19.661.622,92</b>	<b>25.918.630,13</b>	<b>16.507.412,92</b>	<b>13.293.687,20</b>	<b>4.886.785,00</b>	<b>12.624.942,93</b>	<b>14.812.526,92</b>

Fonte: SIAFI

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 – Investimentos</b>	<b>38.811.259,28</b>	<b>12.967.546,00</b>	<b>38.811.259,28</b>	<b>25.747.512,00</b>	<b>17.242.232,08</b>	<b>23.737.518,00</b>	<b>21.569.027,20</b>	<b>3.231.738,00</b>
44.50.41.00	8.146.697,65	3.090.027,00	8.146.697,65	3.090.027,00	1.219.557,74	3.004.727,00	6.927.139,91	853.000,00
44.90.39.00	15.484.917,78	9.877.519,00	15.484.917,78	9.877.519,00	13.981.824,74	9.814.779,00	1.503.093,04	62.740,00
4490.51.00	14.659.106,05	12.779.966	14.659.106,05	12.779.966,00	1.610.615,60	10.918.012,00	13.048.490,45	1.861.054,00
4490.52.00	520.537,80	455.540	520.537,80	455.540	430.234,00	596	90.303,80	454.944,00
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo								
<b>Totais</b>	<b>38.811.259,28</b>	<b>12.967.546,00</b>	<b>38.811.259,28</b>	<b>25.747.512,00</b>	<b>17.242.232,08</b>	<b>23.737.518,00</b>	<b>21.569.027,20</b>	<b>3.231.738,00</b>

Fonte: SIAFI

Não houve Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação no presente exercício, conforme solicitado pelo subitem 2.4.4.3 da Portaria-TCU nº 123, de 12.05.2011.

### III. Indicadores Institucionais.

A mensuração dos resultados alcançados avalia o desempenho dos gestores na busca do cumprimento da missão institucional considerando o uso de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, a saber:

Índices de execução orçamentária e financeira: indicador de eficiência, considerando a necessidade de adequação aos valores orçados e descentralizados para os órgãos executores do programa PNAE.

Índices de execução física: indicador de eficácia para medir a quantidade dessa execução realizada, em relação às metas estabelecidas para o período.

Taxa de resultados alcançados: indicador de eficácia, considerando a necessidade de avaliar o porcentual médio de execução das ações consideradas para o desempenho institucional.

Índice de alcance do programa: indicador de efetividade, considerando a necessidade de medir o alcance do programa em relação aos seus públicos-alvo.

#### Fórmula de cálculo e método de medição

Os índices de Execução Orçamentária e Financeira são calculados a partir dos resultados do período:

*OA* : orçamento aprovado.

*DC* : descentralização de créditos.

Índice de Execução Orçamentária =  $(DC/OA)*100$

*FR* : financeiro repassado.

*DC* : descentralização de créditos.

Índice de Execução Financeira =  $(FR/DC)*100$

Os índices de Execução Física são calculados a partir do resultado físico do período:

*MF* : meta física.

*EF* : resultado da execução física.

Índice de Eficácia =  $(EF/MF)*100$

A taxa de resultados alcançados é obtida a partir dos índices de Execução Física das ações consideradas na avaliação do Desempenho Institucional:

*EF* : resultado da execução física.

*MF* : meta física

*n*: número de resultados considerados

Índice de Eficiência =  $\{ \sum (EF_i/MF_i)/n \} * 100/n$

Para tentar medir o alcance do PNAE, foram consideradas as quantidades de usuários e/ou consultas atendidas pelos serviços ofertados pela AEB. Esse indicador é atualmente captado pela taxa de variação do número de acessos ao *site* da AEB na internet. Para a respectiva mensuração, consideramos o número de visitas ao site (sessões), parâmetro mais comumente usado para determinar o número de usuários que acessaram o sítio eletrônico num determinado período. Os respectivos acessos apurados, em 2009, 2010 e 2011, foram: 27.171, 109.786 e 94.292.

*NVN* : número de visitas ao *site* no ano considerado pelo relatório.

*NVN\_anterior*: número de visitas no ano anterior.

*n*: número de anos considerados no indicador

Taxa de crescimento =  $(NVN/NVN\_anterior)*100$

## Análise do Desempenho

### a) Indicadores de execução orçamentária e financeira:

Execução Orçamentária: em 2009, 2010 e 2011 a AEB descentralizou, os respectivos percentuais de: 81,16%, 77,94% e 68,58% da dotação aprovada para movimentação e empenho, para os órgãos executores do PNAE: INPE/MCT e DCTA/COMAer/MD.

**Comentário:** desde a sua criação a AEB sempre descentralizou quase todo o seu orçamento. A redução verificada ao longo do período analisado representa uma mudança na forma de executar o seu orçamento. A Autarquia está executando internamente o orçamento em virtude dos compromissos assumidos com o tratado Brasil/Ucrânia, tendo como resultado a contratação de diversos fornecedores para elaborar os projetos básicos e executivos visando implantar o CEA e modernizar o CLA. A ação 7F40 – Implantação do CEA é a responsável pelo orçamento e, ainda, as demais ações voltadas ao contrato com o Consórcio PMM – Plataforma Multimissão.

Execução Financeira: em 2009, 2010 e 2011 a AEB repassou, os respectivos percentuais de: 71,24%, 52,38% e 39,93% do crédito descentralizado, para os órgãos executores do PNAE: INPE/MCT e DCTA/COMAer/MD.

**Comentário:** a redução dos repasses em 2011 foi em decorrência de uma programação financeira restritiva para o exercício. Destacamos que, em virtude da elevada inscrição em restos a pagar do presente exercício, o financeiro para 2011 foi ainda menor. Dessarte, o aumento dos RP's inibe a programação do exercício. Do financeiro recebido em 2011, 56,13% foram para pagamento de Restos a Pagar.

b) Conforme informado no quadro 2;

c) Conforme informado no quadro 2;

d) Foi verificada uma redução 6,25% no número de acessos à página da AEB na internet. No *site* há informações sobre legislação, programas relacionados à área espacial, notícias, cooperação internacional e outras. Essas informações são acessadas por usuários nacionais e internacionais. Não se tem, ainda, dados estatísticos sobre o perfil dos usuários. Dessa forma, não foi possível apurar a qualidade do presente índice, considerando que a página está em reestruturação.

A mudança na execução que vem sendo aplicada paulatinamente pela AEB e começa a aparecer nesses indicadores. O órgão descentralizou 68,58% da dotação, ante quase 90% em outros exercícios; executou internamente 24,92%, noutros exercícios esse percentual não chegava a 10%; e

apenas 6,51% não foram executados. O percentual não executado refere-se ao contingenciamento efetivado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI.

### Execução Orçamentária das Despesas

O resultado mais expressivo de emissão de empenhos para licitação ocorreu na modalidade de concorrência, em função do reforço do empenho original para pagamento do contrato de fabricação da PMM.

A despesa com dispensa de licitação foi de cerca de R\$ 24,5 milhões em 2011 ante R\$ 23,5 milhões em 2010.

As despesas com pessoal e os suprimentos de fundos concedidos continuam dentro da normalidade da execução. A redução no pagamento de diárias verificada no período foi em decorrência do Decreto nº 7.446, de 01.05.2011, que limitou essa despesa em 50% do valor gasto em 2010.

Quando comparada as metas físicas executadas com o que foi programado, constata-se uma melhoria na execução orçamentária e financeira da AEB.

### 3. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	23.325.118,07	12.328.063,58	4.614.930,43	6.382.124,06
2009	470.030,02	-	-	470.030,02
...				-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	28.056.621,03		26.156.555,10	1.900.065,93
2009	35.647.977,53	24.836.558,01	10.811.419,52	-
...				-
<b>Observações:</b>				

Fonte: SIAFI

Os saldos a pagar em 2011, dos respectivos restos a pagar processados de 2009 e 2010, referem-se estritamente ao contrato com o Consórcio PMM e ao convênio firmado com a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Maranhão – SINFRA/MA. O cancelamento em 2010 foi em decorrência da assinatura de termo aditivo de redução do valor do convênio com a SINFRA/MA.

Os restos a pagar processados dos exercícios de 2009 continuam no mesmo patamar, pois o objeto contratado com o Consórcio PMM continua em análise pelo INPE, o que impossibilitou o pagamento deste montante. Os restos a pagar de 2010 referem-se à reconstrução e pavimentação da Rodovia MA-106, que liga o CLA ao porto de Cujupe. Essa obra é objeto do convênio firmado entre a AEB e a SINFRA/MA. Portanto, os restos a pagar referentes a esses exercícios devem permanecer inscritos até o recebimento do objeto do convênio.

Os restos a pagar não processados referem-se a contratos com terceiros e que não foram executados no exercício.

Houve uma significativa diminuição dos restos a pagar da UJ no período analisado. Essa diminuição ocorreu em virtude do recebimento do financeiro para honrar tais compromissos.

A AEB cumpre as determinações contidas nos decretos n°s 7.468, 7.511 e 7.654/11, que versam sobre a validade de execução dos restos a pagar não processados.

#### 4. Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

##### a) Composição do quadro de servidores ativos

<b>Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12</b>				<b>Quantidade</b>	
<b>Tipologias dos Cargos</b>	<b>Lotação</b>		<b>Ingressos no exercício</b>	<b>Egressos no exercício</b>	
	<b>Autorizada</b>	<b>Efetiva</b>			
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>124</b>	<b>41</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<b>124</b>	<b>41</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	91	8	-	-	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	4	2	-	
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-	
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	29	29	8	4	
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-	
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	<b>124</b>	<b>41</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	

Fonte: SIAPE

**Obs 1:** Lotação Autorizada pela Lei 8854/94 com alterações da Lei 9632/98.

**Obs 2:** Não foi contabilizado os servidores DAS - Sem Vínculo por não ter campo próprio para compor a Força de Trabalho da UJ, sendo num total de 39 servidores Sem Vínculos e Aposentados de outros órgãos.

**Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	<b>78</b>	<b>72</b>	<b>13</b>	<b>9</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	1	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	77	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	5	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	4	2	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	23	4	3
1.2.4. Sem vínculo	-	27	5	2
1.2.5. Aposentados	-	12	1	3
<b>2. Funções gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	7	3	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	3	1	1
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>85</b>	<b>78</b>	<b>14</b>	<b>10</b>

Fonte: SIAPE

**Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>4</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	1	3	12	14	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provedimento de cargo em comissão</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>8</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	9	6	9	7	6
2.3. Funções gratificadas	-	-	3	2	1
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>24</b>	<b>23</b>	<b>12</b>

Fonte: Assenamentos Funcionais

**Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	-	-	-	4	24	-	2	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	4	24	-	2	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	15	21	-	3	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	12	21	-	3	1
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	3	-	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	-	-	19	45	-	5	9

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Assentamentos Funcionais

**b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas**

**Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>	1	-
1.1 Voluntária	1	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>	1	-
2.1 Voluntária	1	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	2	-

Fonte: SIAPE

**Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12**

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	-	-
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
<b>2. Em Atividade</b>	1	-
<b>3. Total (1+2)</b>	1	-

Fonte: SIAPE

## c) Composição do quadro de estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários					Em R\$ 1,00
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	10	12	14	14	<b>71.917</b>
1.1 Área Fim	4	3	4	3	16.879
1.2 Área Meio	6	9	10	12	55.038
<b>2. Nível Médio</b>	3	3	3	4	<b>11.445</b>
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	3	3	3	4	11.445
<b>3. Total (1+2)</b>	13	15	17	18	<b>83.362</b>

Fonte: SIAPE

d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores										Em R\$ 1,00	
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações						
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2011	278.759,40	-	-	-	46.899,92	2.339,64	-	-	-	327.998,96
	2010	226.583,10	-	-	-	41.976,10	-	-	-	-	268.559,20
	2009	212.188,80	-	-	-	39.309,46	-	-	-	-	251.498,26
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2011	13.511,64	-	-	-	3.274,84	-	-	-	-	16.786,48
	2010	33.790,13	-	-	-	10.352,94	-	-	-	-	44.143,07
	2009	31.644,46	-	-	-	8.434,99	-	-	-	-	40.079,45
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2011	127.884,60	-	-	-	3.344,00	-	-	-	-	131.228,60
	2010	92.777,21	-	-	-	-	-	-	-	-	92.777,21
	2009	91.454,93	-	-	-	-	-	-	-	-	91.454,93
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2011	2.426.720,46	-	-	-	421.948,78	-	-	-	-	2.848.669,24
	2010	2.298.118,93	-	-	-	530.931,46	-	-	-	-	2.829.050,39
	2009	2.456.927,95	-	-	-	430.127,51	-	-	-	-	2.887.055,46
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	66.750,00	-	-	-	10.488,04	-	-	-	-	77.238,04
	2009	63.151,44	-	-	-	9.827,38	-	-	-	-	72.978,82

e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão							CNPJ:						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	11	(O)	10/10-AEB	08.970.787/0001-26	2010	2015							P
2010	11	(O)	007/10	72.578.586/0001-87	2010	2015							P
2010	11	(O)	15/10-AEB	10.629.386/0001-59	2010	2015							P
2008	6	(O)	009/08-AEB	07.743.897/0001-92	2008	2012		8					P
2011	5	(O)	006/11-AEB	05.202.938/0001-08	2011	2012							P
2012	14	(O)	003/12-AEB	05.355.405/0001-66	2012	2017							A
2010	11	(O)	008/10	09.589.945/0001-65	2010	2015							P
2011	13	(O)	008/11-AEB	26.414.755/0001-26	2011	2012		18		15			P
2010	14	(O)	009/10-AEB	61.600.839/0001-55	2010	2015			19	3	37	12	P
2010	5	(O)	005/10-AEB	70.536.218/0001-04	2010	2015							P
2009	9	(O)	24/09-AEB	01.685.903/0001-16	2009	2014							P
2010	4	(O)	001/10-AEB	08.338.786/0001-63	2010	2015				5			P
2010	9	(O)	07/10-AEB	76.535.764/0001-43	2010	2012							P
2011	13	(O)	008/11-AEB	26.414.755/0001-26	2011	2012							P
2010	14	(O)	009/10-AEB	61.600.839/0001-55	2010	2015			19	4	37	14	P
2010	5	(O)	005/10-AEB	70.536.218/0001-04	2010	2015							P

**Observações:** UNIVERSO DA SEGURANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME. / OFFICE SERVICE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA ESCRITÓRIOS LTDA. / OVER ESCAL ELEVADORES E ESCADAS ROLANTES EPP-LTDA. / SLASS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. / HC COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA-EPP. / IKHON GESTÃO DE CONHECIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA. / INTERATIVA SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. / CIDA DE SERVIÇO E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA. / CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA CIEE. / FIVE ACTS COMÉRCIO, ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO EM INFORMÁTICA LTDA. / AMERCEL S/A. / BARÃO TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA-ME. / CONSÓRCIO CONSTITUÍDO PELAS EMPRESAS BRASIL TELECOM S/A E TELEMAR NORTE LESTE S/A. / CIDA DE SERVIÇO E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA. / CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA CIEE. / FIVE ACTS COMÉRCIO, ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO EM INFORMÁTICA LTDA.

<b>Área:</b>	<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.
1. Conservação e Limpeza;	<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
2. Segurança;	<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Quantitativo de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
3. Vigilância;	
4. Transportes;	
5. Informática;	
6. Copeiragem;	
7. Recepção;	

Fonte: Coordenação de Recursos Logísticos da AEB

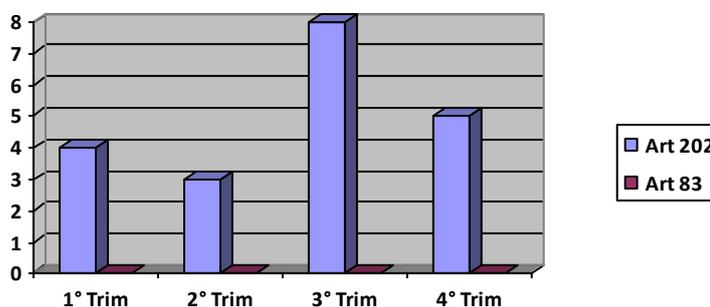
Os quadros: A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG, A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos, A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizado, A.5.11 - Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados, A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva não foram executados ou não se aplicam à UJ no presente exercício.

## f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

### Indicadores Gerenciais

- **Absenteísmo:**

prática habitual de abandonar o cumprimento de deveres e funções de determinado posto ou cargo para tratamento de saúde. O quadro ao lado demonstra a quantidade de licenças por



trimestre, em que as barras representam o dispositivo legal para o afastamento;

- **Acidente de trabalho e Doenças Ocupacionais:** não se aplica;

- **Rotatividade:** no presente exercício houve 14 ingressos e 10 egressos;

**Educação Continuada:** a AEB continua investindo na capacitação e em desenvolvimento profissional de seus servidores. As necessidades de cada unidade interna são atendidas por meio do Plano Anual de Capacitação. Em 2011 foram investidos R\$ 26.553,80 (vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos) na qualificação, treinamento, desenvolvimento e participação de 18 servidores.

O programa de estágio foi realizado em todas as unidades, sendo oferecidas 37 vagas para Nível Superior, sendo 4 destinadas a pessoas com necessidades especiais e 19 para Nível Médio, sendo 2 destinadas a pessoas com necessidades especiais. No total foram preenchidas 15 vagas de NS e 3 de MN, totalizando 18;

- **Satisfação e Motivação:** a Instituição promoveu ao longo do exercício vários seminários e workshops para manter o nível de motivação dos seus servidores. Foi ofertada a prática diária da ginástica laboral como forma de manter a saúde corporal. Nas datas comemorativas, como, por exemplo dia das mães, dos pais e dos servidores, a AEB aproveitou para inserir palestras de cunho motivacional, tendo como objetivo o bem estar dos servidores. A AEB tem como meta enquadrar seus servidores no plano de carreira para a área de ciência e tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI;

- **Disciplina:** não houve abertura de processo disciplinar no período em questão, o que demonstra que os servidores da AEB realizam seus trabalhos com profissionalismo;

- **Desempenho Funcional:** não há aferição quantitativa na AEB de desempenho funcional dos servidores. Essa avaliação é feita para os órgãos de origem dos servidores requisitados;

- **Níveis Salariais:** os funcionários efetivos da AEB, que são oito, estão enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE. Os demais funcionários seguem o plano de carreira da sua instituição de origem ou recebem DAS.

- **Demandas Trabalhistas:** não houve registro.

## **Análise Crítica**

A lei de criação da AEB e o decreto de estruturação precisam de uma revisão para adequarem-se às necessidades atuais do programa espacial. O quadro efetivo, os cargos comissionados e as funções gratificadas ocupadas por servidores efetivos da AEB e de outros órgãos não atendem às necessidades institucionais da autarquia. No exercício de 2011, foram iniciadas tratativas visando sanar as deficiências acima apontadas e melhorar a governança do SINDAE.

No que tange à política remuneratória, informa-se que esta UJ é regida pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Inexistem terceirizados que atuem em atividades finalísticas na administração da AEB.

A AEB não dispõe de indicadores de recursos humanos e não há previsão para a sua implantação.

**5. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.**

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência									
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB									
CNPJ: 86.900.545/0001-70				UG/GESTÃO: 203001/20402					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	511074/SIAFI	51.619.104/0001-10	850.000,00	45.000,00	-	850.000,00	15/10/2004	30/09/2011	4
1	511075/SIAFI	51.619.104/0001-10	1.910.000,00	121.000,00	-	1.910.000,00	15/10/2004	28/02/2012	1
1	517883/SIAFI	33.749.086/0002-90	30.000.000,00	-	-	30.000.000,00	31/12/2004	31/07/2012	1
1	574724/SIAFI	51.619.104/0001-10	2.950.000,00	295.000,00	-	2.950.000,00	05/12/2006	31/08/2012	1
1	574725/SIAFI	51.619.104/0001-10	1.521.766,79	145.000,00	-	1.518.363,67	05/12/2006	31/10/2014	1
1	703863/SICONV	63.690.556/0001-77	40.740.000,00	2.144.210,50	-	6.605.403,28	22/08/2008	28/08/2010	2
1	704393/SICONV	08.892.295/0001-60	15.904.742,78	1.767.193,64	4.614.930,43	11.289.812,36	13/08/2009	20/01/2012	1
1	724487/SICONV	03.018.444/0001-42	7.905.750,00	324.000,00	3.599.750,00	7.905.750,00	21/12/2009	30/10/2013	1
1	749464/SICONV	03.636.750/0001-42	6.277.244,00	-	2.915.000,00	6.277.244,00	05/11/2010	04/04/2011	1
1	749716/SICONV	02.886.710/0001-96	7.301.695,19	-	7.301.695,19	7.301.695,19	08/12/2010	08/08/2012	1
1	750893/SICONV	51.619.104/0001-10	3.705.000,00	-	741.000,00	741.000,00	20/12/2010	31/10/2015	1
1	762324/SICONV	02.643.543/0001-52	4.342.000,00	86.000,00	1.271.092,40	1.271.092,40	26/12/2011	26/10/2012	1

**LEGENDA**

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI/SICONV

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB				
CNPJ:		86.900.545/0001-70				
UG/GESTÃO:		203001/20402				
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	1	4	1	20.443.468,08	17.123.947,93	6.842.703,28
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	-	-	-	20.443.468,08	17.123.947,93	6.842.703,28

Fonte: SIAFI/SICONV

**Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA-AEB					
CNPJ: 86.900.545/0001-70				UG/GESTÃO: 203001/20402	
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	6	75.540.954,76	64.887.713,62	10.653.241,14	86%
Contrato de Repasse	-				0%
Termo de Cooperação	-				0%
Termo de Compromisso	-				0%
<b>Totais</b>	<b>6</b>	<b>75.540.954,76</b>	<b>64.887.713,62</b>	<b>10.653.241,14</b>	<b>86%</b>

Fonte: SIAFI/SICONV

**Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB					
CNPJ: 86.900.545/0001-70				UG/GESTÃO: 203001/20402	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	09		
		Montante Repassado	56.956.726,55		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
2010	Contas prestadas	Quantidade	02		
		Montante Repassado	1.618.820,00		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
2009	Contas prestadas	Quantidade	03		
		Montante Repassado	6.842.703,28		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		

Fonte: SIAFI/SICONV

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse				Em R\$ 1,00	
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB					
CNPJ: 86.900.545/0001-70			UG/GESTÃO: 203001/20402		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			09	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	07	
			Contas Não analisadas	02	
		Montante repassado (R\$)		2.371.766,79	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	07	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	
Montante repassado (R\$)		-			
2010	Quantidade de contas prestadas			02	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		02	
		Quantidade Reprovada*		01	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	
Montante repassado (R\$)		1.618.820,00			
2009	Quantidade de contas prestadas			01	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		01	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	
Montante repassado		-			
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	
		Montante repassado		-	

Fonte: SIAFI/SICONV

\* A prestação de contas reprovada em 2010 refere-se ao convênio firmado com o ISAE/FGV. A CGU está analisando a prestação de contas apresentada pelo conveniente. Até o momento não foi concluída essa análise.

Não considerados como reprovada, mas sim, em análise pela CGU.

A AEB firmou apenas um convênio no presente exercício com entidade privada sem fins lucrativos. O termo teve amparo no Decreto nº 6.170/07 e suas alterações e na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/08.

Os convênios firmados seguiram as competências institucionais do órgão. Nesse instrumento foi verificada a capacidade técnica e operacional, aplicando as determinações dos normativos legais.

Além do convênio firmado pelo órgão, a AEB assinou diversos termos aditivos tendo como justificativa a prorrogação do prazo de vigência e alterações em diversas cláusulas conveniadas. Esses aditivos tiveram como pressuposto o cumprimento do objeto pactuado.

Atualmente estão vigentes 12 convênios formalizados no SIAFI e SICONV. Assim, não houve evolução na assinatura de novos convênios. As medidas adotadas pelo Poder Executivo Federal para restringir o repasse de recursos públicos para o setor privado não impactaram o número de convênios celebrados. As vedações ou restrições impostas pelos decretos nºs 7.592, 7.594 e 7.641/12 não trouxeram maiores atrasos ou cancelamentos aos convênios firmados pela instituição, considerando que já era aplicada grande parte das medidas saneadoras ou preventivas ali contidas.

Todos os convênios estão adimplentes. O órgão aplica na formalização, execução, acompanhamento e prestação todas as legislações aplicáveis à matéria em comento.

**6. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.**

<b>DECLARAÇÃO</b>
EDIVALDO SOUSA GONÇALVES, CPF nº 289.277.101-34, Coordenador de Recursos Logísticos e CLODOVIL FERNANDES SIQUEIRA, CPF nº 416.246.531-20, Coordenador Orçamentário e Financeiro, respectivamente, exercido na Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores .
Brasília, 12 de março de 2012.
Brasília, 28 de fevereiro de 2012.
EDIVALDO SOUSA GONÇALVES e CLODOVIL FERNANDES SIQUEIRA
<b>289.277.101-34 e 416.246.531-20</b>
<b>Coordenadores de Recursos Logísticos e Orçamentário e Financeiro, respectivamente</b>

**7. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.**

**Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**

Quantidade

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	sim	sim	-
	Entregaram a DBR	sim	sim	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: CRH/AEB

## 8. Informações sobre o funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					N/A
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da					

**9. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a IN nº 1/2010 e a Port. nº 2/2010, ambas da SLTI/MPOG e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.**

<b>Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</b>					
<b>Aspectos sobre a gestão ambiental</b>	<b>Avaliação</b>				
<b>Licitações Sustentáveis</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:	X				
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da					
<b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da					

Visando cumprir determinação do Decreto nº 5.940/06, foi editada a Portaria nº 57, de 14.5.2010, que versa sobre a constituição de comissão para tratar da Coleta Seletiva Solidária, com a finalidade de implementar e supervisionar a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como a sua destinação no âmbito da AEB. A AEB encontra-se instalada num complexo administrativo juntamente com outros órgãos públicos (ANA, CENSIPAN, MCTI, CEF, BB e MD). Todos esses órgãos estão colaborando com esse programa de coleta seletiva, tendo um espaço para que todos depositem seus resíduos. No exercício essa comissão trabalhou no cumprimento do mencionado diploma legal.

**10. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:**

<b>Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada</b>					
<b>Quesitos a serem avaliados</b>	<b>Avaliação</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Planejamento da área</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
<b>Perfil dos Recursos Humanos envolvidos</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	6 servidores; 5 terceirizados; 7 bolsistas; 4 estagiários				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

**11. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos n°s 5.355/2005 e 6.370/2008.**

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador					Valores em R\$ 1,00
Código da UG 1: 203001			Limite de Utilização da UG: R\$ 40.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ANDRÉ DE ASSIS MACHADO	192828198-25	9.621,00	-	1.923,70	1.923,70
JOSÉ CARLOS MARQUES VIANA	223443811-04	8.000,00	-	1.393,67	1.393,67
FLÁVIO GAYDA CUNHA	003905859-04	20.000,00	-	2.527,80	2.527,80
<b>Total utilizado pela UG</b>			-	5.845,17	5.845,17
Código da UG 2:			Limite de Utilização da UG:		
					-
					-
<b>Total utilizado pela UG</b>			-	-	-
<b>Total utilizado pela UJ</b>			-	5.845,17	5.845,17

Fonte: SIAFI e Banco do Brasil

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)					Valores em R\$ 1,00
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	0	-	3	5.845,17	5.845,17
2010	0	-	2	4.316,29	4.316,29
2009	0	-	5	11.427,27	11.427,27

Fonte: SIAFI e Banco do Brasil

## **PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**

<b>Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.</b>			
<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB			203001/20402
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
<b>Local</b>	<b>BRASÍLIA</b>	<b>Data</b>	<b>27/02/2012</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA DANTAS DE OLIVEIRA</b>	<b>CRC nº</b>	<b>DF-019003/O-6</b>

<b>Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.</b>			
<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB			203001/2042
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:			
a).....			
b).....			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
<b>Local</b>	<b>BRASÍLIA</b>	<b>Data</b>	<b>27/02/2012</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA DANTAS DE OLIVEIRA</b>	<b>CRC nº</b>	<b>DF-019003/O-6</b>

Atenciosamente,

**Thyrso Villela Neto**  
Presidente da AEB – Interino